

Parque de Carbono sai do papel

Categories : [Notícias](#)

Rio de Janeiro - Anunciado há alguns anos pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o Parque de Carbono foi, finalmente, lançado no Rio de Janeiro. Na última sexta-feira (4), um evento no [Parque Estadual da Pedra Branca](#) deu início à restauração de 204 hectares da unidade de conservação. Ao todo, serão 410 mil mudas plantadas de 50 espécies diferentes da Mata Atlântica até o segundo semestre de 2012, com dois anos extras de manutenção.

Idealizado pela SEA e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o projeto visa a recuperação de terras degradadas dentro de áreas protegidas públicas. A novidade é que este trabalho acontece graças à união entre o poder público e privado: os recursos vêm do abatimento de emissões de gases de efeito estufa.

No caso da Pedra Branca, [o Instituto BioAtlântica \(IBio\)](#) foi o responsável pela captação da verba necessária (compensação da Petrobrás pela exploração do pré-sal), além de gerir todas as atividades práticas e teóricas da restauração. A metodologia utilizada foi retirada do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica e há o envolvimento direto da comunidade local. O monitoramento e manutenção do plantio fica por conta da CoopBabilônia, uma ONG como o IBio.

“Nessa vertente norte do PE da Pedra Branca, ou se tem um esforço conjunto para recuperação, ou jamais ela vai se recuperar. A falta de resiliência daquela vertente, pelo impacto ao longo dos anos, e pela característica climática da região, demanda esforços de restauração florestal intensivos. Do contrário, aqueles 1.300 ha de floresta que foram perdidos nos últimos dois séculos nunca serão recuperados. Não é apenas a recuperação de um parque, é a oportunidade de qualificação de mão-de-obra e geração de trabalho e renda para uma cadeia produtiva que se apresenta como muito promissora e com uma demanda crescente”, avalia Beto Mesquita, diretor do IBio.

Vale ressaltar que a escolha da Pedra Branca aconteceu em virtude de ser o maior parque urbano e apresentar demanda de recuperação em vastos terrenos. Mas não é só. Estas características tendem a permitir maior visibilidade ao projeto e aproximar novas empresas interessadas em investimentos semelhantes. No mais, para garantir o sequestro de carbono ao longo de 30 anos, é muito mais viável realizar as atividades dentro de uma unidade de conservação, que se manterá protegida. (*Felipe Lobo*)